



INDUSTRIALIZAÇÃO, GLOBALIZAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL: reflexos da ausência de projetos de desenvolvimento nos países da periferia

Eduardo Mohana Silva Ferreira¹

Resumo

O artigo analisa como a ausência de projetos estruturados de desenvolvimento econômico nos países da periferia do sistema internacional aprofunda a dependência tecnológica e econômica, sobretudo no contexto da industrialização tardia, da globalização e do domínio das regras de propriedade intelectual. Com abordagem qualitativa e revisão bibliográfica, o estudo demonstra que a concentração de tecnologias nas nações centrais, aliada a acordos internacionais assimétricos, limita a soberania e o progresso autônomo dos países periféricos. O texto propõe reflexões sobre a necessidade de políticas nacionais voltadas à inovação e à proteção dos interesses locais frente ao sistema global.

Palavras-chave: Industrialização tardia; globalização; propriedade intelectual; países periféricos; desenvolvimento econômico.

INDUSTRIALIZATION, GLOBALIZATION, AND INTELLECTUAL PROPERTY: effects of the absence of development projects in peripheral countries

Abstract

The article analyzes how the absence of structured development projects in peripheral countries deepens technological and economic dependence, especially in the context of late industrialization, globalization, and the dominance of intellectual property regimes. Using a qualitative approach and bibliographic review, the study shows that the concentration of technologies in core nations, combined with asymmetric international agreements, restricts sovereignty and autonomous progress in peripheral regions. The text offers reflections on the need for national policies focused on innovation and the protection of local interests within the global system.

Keywords: Late industrialization; globalization; intellectual property; peripheral countries; economic development.

Artigo recebido em: 28/07/2025 Aprovado em: 17/05/2026
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30n1e27269>

¹ Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em Economia Brasileira Contemporânea pela Universidade Metropolitana de Ribeirão Preto. Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Docente na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) E-mail: eduardo.mohana@discente.ufma.br

1 INTRODUÇÃO

A trajetória de desenvolvimento dos países da periferia do sistema capitalista global tem sido marcada por profundas assimetrias históricas, estruturais e tecnológicas em relação às nações centrais. Essa desigualdade se expressa, entre outros aspectos, na industrialização tardia e na dependência de fluxos econômicos e tecnológicos que perpetuam uma posição subordinada na divisão internacional do trabalho.

A relevância desse debate foi inaugurada no âmbito latino-americano pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), cujos estudos, especialmente sob a liderança de Raúl Prebisch (1950), evidenciaram a deterioração dos termos de troca e a necessidade de estratégias autônomas de industrialização como meio de superar o subdesenvolvimento. Prebisch destacou a urgência de romper com o padrão primário-exportador e propôs políticas estruturais voltadas à industrialização e à diversificação produtiva nos países periféricos.

No entanto, com o avanço da globalização e a consolidação do ideário neoliberal nas décadas finais do século XX, conforme analisa José Luís Fiori (1997), o espaço para projetos nacionais de desenvolvimento foi sendo progressivamente restringido. O neoliberalismo impôs uma lógica de abertura irrestrita dos mercados, desregulamentação e enfraquecimento do Estado, comprometendo as capacidades internas de planejamento e de investimento produtivo de longo prazo. Nesse cenário, a ausência de políticas de desenvolvimento endógeno e sustentável acentua a dependência externa e limita a capacidade de reação das economias periféricas frente às dinâmicas globais.

Jair do Amaral Filho (2000) chama atenção para a necessidade de endogeneizar o desenvolvimento, ou seja, de estruturar estratégias que partam das condições internas de cada país, fortalecendo setores produtivos locais, ciência e tecnologia, e promovendo a industrialização como eixo estruturante da economia. Esse ponto de vista converge com as análises de José Augusto Drummond (2002), que enfatiza o papel central da industrialização no processo de modernização econômica e social, destacando que sem um parque industrial robusto e soberano, não há como reduzir a vulnerabilidade externa nem garantir autonomia tecnológica.

Diante disso, o presente artigo propõe uma reflexão crítica sobre os reflexos da ausência de projetos de desenvolvimento nos países da periferia, especialmente à luz das transformações impulsionadas pela globalização, pela hegemonia do regime de propriedade intelectual e pela fragilidade de estratégias industriais autônomas. Por meio de abordagem qualitativa e revisão bibliográfica, o estudo busca compreender os limites impostos à industrialização e ao progresso

endógeno desses países, bem como apontar caminhos possíveis para a superação da dependência estrutural.

2 A INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA E A HERANÇA DO PENSAMENTO CEPALINO

A industrialização nos países da periferia do sistema capitalista mundial foi marcada por um processo tardio e desigual, frequentemente subordinado aos interesses das economias centrais. Esse cenário começou a ser criticado de forma sistemática a partir da década de 1950 pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), particularmente nos trabalhos de Raúl Prebisch. Segundo o autor, o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento, mas sim parte de um sistema global assimétrico no qual as economias periféricas ocupam uma posição estrutural de dependência.

Prebisch (1950) argumentava que a industrialização, acompanhada do progresso técnico, era essencial para romper com o ciclo de deterioração dos termos de troca e com a vulnerabilidade típica das economias primário-exportadoras. Assim, propunha um modelo baseado na substituição de importações e na diversificação produtiva como estratégias para o desenvolvimento, e no rompimento com a dependência do centro do capitalismo.

Para Prebisch (p. 2030),

A difusão do progresso técnico para a América Latina apresenta, portanto, certas características específicas [...]. Em resumo, se a meta fundamental de elevar a produtividade, por um lado, oferece a conhecida vantagem de se valer da experiência dos grandes países e evitar suas tentativas e erros, depara-se, por outro, com uma série de obstáculos originados do fato natural de os países que primeiro se desenvolveram estarem mais adiantados em renda, produtividade e capitalização. Do que se pode afirmar, de um modo um tanto paradoxal, que a elevada produtividade dos grandes países industriais constitui um dos maiores impedimentos que os países da periferia devem contornar para atingir produtividade semelhante.

A proposta cepalina, embora criticada por certos setores liberais, teve grande influência na formulação de políticas públicas nos países latino-americanos durante as décadas de 1950 e 1960. Autores como Celso Furtado aprofundaram esse debate ao destacar que a industrialização deveria ser planejada a partir de uma ação estatal coordenada, que mobilizasse investimentos públicos, crédito subsidiado e instrumentos fiscais voltados à construção de um parque industrial nacional. Para esse autor, o desenvolvimento não ocorreria de forma espontânea; era necessário um Estado forte, capaz de induzir transformações estruturais profundas e promover a integração dos mercados internos. A ausência dessa ação deliberada apenas reforçaria a dependência externa e a perpetuação do subdesenvolvimento (Furtado, 2000).

O pensamento desenvolvimentista também apontava que os países centrais se industrializaram sob forte intervenção estatal, desmontando o mito do “livre mercado” como motor exclusivo do progresso. Ha-Joon Chang (2004), ao analisar a história econômica de nações como Estados Unidos, Alemanha e Japão, demonstra que todas utilizaram políticas protecionistas, subsídios e forte regulação estatal para consolidar suas indústrias antes de advogar por políticas neoliberais para os países em desenvolvimento. Assim, Chang argumenta que exigir liberalização irrestrita das economias periféricas é um processo de “chutar a escada”, ou seja, impedir que esses países sigam os mesmos caminhos que os centrais trilharam para alcançar o desenvolvimento.

No contexto latino-americano, a industrialização tardia esbarrou em obstáculos estruturais, como a escassez de capital, o frágil mercado interno e a elevada dependência tecnológica. Para superá-los, o pensamento cepalino propunha não apenas a expansão da indústria, mas também a reforma agrária, a universalização da educação e o fortalecimento das instituições públicas. Segundo Bresser-Pereira (2009), o desenvolvimento nacional exige um projeto de Estado capaz de articular os diversos setores da economia em torno de metas comuns, com foco na geração de valor agregado e na redução das desigualdades internas. Isso exige, necessariamente, a valorização da indústria como setor-chave para o progresso tecnológico, a diversificação produtiva e o fortalecimento da soberania nacional.

Nas palavras desse autor,

O desenvolvimento regional deve ser encarado como uma estratégia para reduzir as desigualdades internas, fortalecendo as capacidades produtivas locais e promovendo a integração das regiões ao mercado nacional, sem, contudo, perder de vista a necessidade de políticas públicas que incentivem a inovação, a infraestrutura e a qualificação do capital humano (Bresser-Pereira, 2001, p.72).

A relevância da industrialização como motor do desenvolvimento também é reforçada por Ignácio Rangel, que via a indústria como a “espinha dorsal” da economia nacional. Para Rangel (1991), o subdesenvolvimento (brasileiro) era resultado de um sistema produtivo incompleto e mal articulado, incapaz de gerar inovações tecnológicas próprias. Ele defendia uma atuação estratégica do Estado para garantir o controle dos setores industriais de base, como energia, siderurgia e transportes, e a criação de uma burguesia nacional comprometida com os interesses do país.

Sem esse esforço coordenado, argumentava Rangel, os países da periferia permaneceriam relegados a funções subordinadas na economia mundial. Assim, para o autor, “a atuação do Estado é fundamental para corrigir as imperfeições do mercado, promovendo investimentos em setores estratégicos e estabelecendo políticas públicas que assegurem a redistribuição de renda e

a inclusão social, condições essenciais para um desenvolvimento econômico sustentável” (Rangel, p. 87, 1991).

Portanto, compreender a importância da herança teórica da CEPAL e de seus desdobramentos é essencial para repensar os rumos do desenvolvimento nos países periféricos. A industrialização tardia, apesar de suas limitações e contradições, permanece como alternativa estratégica para romper com a lógica da dependência. Como destacam Palma (2009) e Tavares (1985), não há exemplo histórico de nação que tenha alcançado altos níveis de renda e bem-estar sem consolidar um setor industrial dinâmico, inovador e competitivo. A industrialização, nesse sentido, não é um fim em si mesma, mas um meio indispensável para viabilizar um projeto nacional de desenvolvimento inclusivo, soberano e sustentado.

Diante do exposto, observa-se que a industrialização, sobretudo nos marcos do pensamento cepalino e do desenvolvimentismo latino-americano, representou uma resposta estratégica à condição periférica imposta pelo sistema capitalista global. No entanto, os avanços conquistados por meio dessa agenda foram gradualmente fragilizados com a ascensão do neoliberalismo nas décadas finais do século XX.

A partir da próxima seção, será discutido como esse novo paradigma, analisado criticamente por autores como José Luís Fiori, contribuiu para a desestruturação dos projetos nacionais de desenvolvimento, impondo aos países da periferia uma lógica de abertura e desregulação que comprometeu sua capacidade de planejamento, investimento e fortalecimento industrial.

3 NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E A DESESTRUTURAÇÃO DOS PROJETOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

A partir dos anos 1980, um novo paradigma passou a orientar a política econômica mundial, especialmente em países da América Latina: o neoliberalismo. Consolidado pelas experiências de governos como os de Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos, o neoliberalismo expandiu-se rapidamente pelo Sul Global, impulsionado por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Como destaca José Luís Fiori (1997), a ascensão desse modelo representou não apenas uma reconfiguração econômica em moldes de um ajuste estrutural, mas também uma ofensiva política contra a ideia de Estado desenvolvimentista¹.

Segundo o autor:

O que se tem chamado de 'ajuste estrutural' — e que em muitos países significou pura e simplesmente a liquidação de suas políticas industriais, científicas e tecnológicas — foi, na realidade, a imposição de um modelo que desorganizou os sistemas produtivos nacionais, debilitou os Estados periféricos e eliminou qualquer possibilidade de formulação autônoma de estratégias nacionais de desenvolvimento. [...] Sob o discurso da eficiência e da racionalidade econômica, o neoliberalismo promoveu o desmonte de instituições públicas e inviabilizou projetos de longo prazo voltados para o desenvolvimento soberano (Fiori, 1997, p. 25-26).

A globalização, neste contexto, foi instrumentalizada para impor uma ordem baseada na abertura comercial, na desregulamentação dos mercados e na privatização dos ativos públicos, minando as capacidades internas dos Estados periféricos de planejar seu próprio desenvolvimento.

O chamado "Consenso de Washington", formulado no final da década de 1980, sintetizou as diretrizes neoliberais a serem adotadas pelos países em desenvolvimento, estabelecendo um receituário ortodoxo de austeridade fiscal, liberalização financeira, reforma do Estado e abertura comercial. Segundo Bresser-Pereira (2009), essas medidas foram promovidas sob o argumento de modernização e eficiência, mas, na prática, provocaram a desindustrialização precoce, o enfraquecimento das instituições públicas e o aumento da vulnerabilidade externa. Em vez de promover crescimento sustentado e inclusão, o neoliberalismo aprofundou as desigualdades e comprometeu a soberania econômica dos países periféricos, ao transferir o protagonismo do Estado para o mercado e os capitais internacionais.

Uma das consequências mais graves desse processo foi a ruptura dos projetos nacionais de desenvolvimento. No Brasil, por exemplo, o desmonte do aparato estatal de planejamento, com o enfraquecimento de órgãos como o BNDES e o Ministério do Planejamento, impossibilitou a continuidade de estratégias industriais estruturadas. Como argumenta Maria da Conceição Tavares (1996a), o neoliberalismo promoveu uma ruptura com a tradição de industrialização por substituição de importações, desmobilizando instrumentos essenciais de política econômica ativa.

Em seu lugar, foi implantado um modelo dependente dos fluxos financeiros externos, com elevada volatilidade e baixa capacidade de articulação produtiva interna. Nas palavras de Tavares (1996b, p.45):

O neoliberalismo não é apenas um programa econômico; é uma forma de organização social que visa desmontar o Estado social, desregulamentar a economia, reduzir o papel do setor público e aprofundar as desigualdades sociais, impondo um modelo de crescimento econômico excludente e dependente.

Além disso, a liberalização comercial acelerada e desprotegida expôs as economias periféricas à concorrência desigual com produtos estrangeiros, muitas vezes subsidiados pelos próprios Estados centrais. Como ressalta Gabriel Palma (2009), esse processo gerou uma desindustrialização prematura em vários países da América Latina, ao impedir que setores produtivos internos

amadurecessem e se tornassem competitivos. A abertura indiscriminada, longe de fomentar a eficiência, levou à substituição de produção nacional por importações e ao desmonte de cadeias produtivas locais, fragilizando ainda mais a estrutura econômica dos países periféricos.

A financeirização da economia também desempenhou um papel central nesse contexto. Como analisa Paulo Nogueira Batista Jr. (2011), a crescente predominância do capital financeiro sobre o capital produtivo provocou uma mudança profunda na lógica da acumulação, priorizando ganhos de curto prazo, volatilidade cambial e altas taxas de juros. O autor reforça que “a globalização financeira promoveu uma revolução no capitalismo que resultou na predominância do capital financeiro em detrimento do capital produtivo, deslocando o foco da economia real para a especulação financeira e aumentando a instabilidade econômica global” (Batista Jr., 2012, p.78).

Isso comprometeu o investimento produtivo de longo prazo, essencial para a reindustrialização e a modernização das economias periféricas. A financeirização reforçou, portanto, a lógica do rentismo e da dependência externa, reduzindo o espaço para políticas públicas voltadas ao desenvolvimento estrutural. Adicionalmente, o enfraquecimento do Estado nacional enquanto agente do desenvolvimento resultou na perda de instrumentos de coordenação macroeconômica e de regulação setorial. Para Theotônio dos Santos (2000, p. 123):

O neoliberalismo representa uma ofensiva ideológica e política das forças dominantes globais para reduzir o papel do Estado, destruir os sistemas de proteção social e subordinar os países periféricos às regras do mercado internacional, aprofundando as desigualdades e limitando as possibilidades de um desenvolvimento soberano e autônomo.

Como destaca esse autor, o neoliberalismo produziu uma “transnacionalização subordinada” das economias periféricas, nas quais as decisões estratégicas passaram a ser tomadas por agentes externos, em detrimento dos interesses nacionais. Nessa conjuntura, a abertura aos fluxos globais de capital e tecnologia não significou transferência real de conhecimento, mas sim apropriação dos mercados locais por empresas multinacionais, aprofundando o caráter dependente e extrativo das economias periféricas.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o neoliberalismo não apenas esvaziou os projetos nacionais de desenvolvimento, mas também deslegitimou o próprio discurso da industrialização como caminho para o progresso. Ao substituir o planejamento estatal pela lógica de mercado, a agenda neoliberal rompeu com a tradição cepalina e desenvolvimentista que reconhecia a indústria como base para a transformação estrutural das economias latino-americanas. Como alerta Fiori (2014), essa transformação ideológica e institucional significou uma regressão no pensamento estratégico dos países da periferia, dificultando a construção de alternativas soberanas frente às dinâmicas impostas pela globalização.

Em suma, o avanço do neoliberalismo e da globalização representou um verdadeiro ponto de inflexão na história econômica dos países periféricos. Ao promover a desregulamentação, a abertura e o enfraquecimento do Estado, esse modelo comprometeu as bases da industrialização e do desenvolvimento autônomo. No próximo capítulo, discutiremos como a retomada de um projeto nacional exige a endogeneização do desenvolvimento, isto é, a capacidade de articular estratégias a partir das potencialidades internas de cada país, e o resgate da industrialização como pilar central para a superação da dependência.

Assim, o capítulo evidencia que o modelo neoliberal e a globalização desestruturaram os projetos nacionais de desenvolvimento, fragilizando o papel do Estado e aprofundando a dependência tecnológica e econômica dos países periféricos. Frente a esse cenário, torna-se imperativo repensar estratégias que rompam com essa lógica exógena e promovam a retomada do protagonismo nacional.

Na parte seguinte, será abordada a importância da endogeneização do desenvolvimento, destacando as contribuições de Jair do Amaral Filho e José Augusto Drummond, que enfatizam a necessidade de fortalecer as capacidades internas e a industrialização soberana como caminhos para a autonomia e o desenvolvimento sustentável.

4 ENDOGENEIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E OS DESAFIOS DA AUTONOMIA TECNOLÓGICA E PRODUTIVA

A retomada do desenvolvimento autônomo e sustentável nos países periféricos passa, necessariamente, pela endogeneização das estratégias econômicas, ou seja, pela construção de projetos que valorizem e fortaleçam as capacidades internas em detrimento da simples adaptação a regras e interesses externos. Jair do Amaral Filho (2000) destaca que o desenvolvimento deve ser pensado como um processo enraizado nas condições históricas, sociais, tecnológicas e culturais específicas de cada país, considerando suas potencialidades produtivas e desafios locais.

O desenvolvimento endógeno, segundo esse autor:

[...] baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas, visando à realização do potencial endógeno e, conseqüentemente, dinamizando a sociedade e o desenvolvimento local, a fim de criar condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas (Amaral Filho, 1996, p.13).

Essa perspectiva contrapõe-se à lógica da globalização neoliberal, que impõe um modelo padronizado de inserção subordinada à economia mundial, marcado pela dependência tecnológica e pela subordinação às regras de mercado internacional.

Nesse contexto, a industrialização soberana surge como elemento fundamental para garantir a autonomia econômica e política dos países periféricos. Para José Augusto Drummond (2002), a capacidade de produzir bens industrializados com valor agregado é condição indispensável para romper o ciclo de dependência e para o exercício da soberania nacional. Isso implica em não apenas expandir a base produtiva, mas também promover a inovação tecnológica, a capacitação científica e o desenvolvimento de políticas públicas que incentivem a pesquisa e o desenvolvimento (P&D).

Segundo Drummond (2002), a industrialização deve ser acompanhada da construção de um ambiente institucional que estimule a criatividade e o investimento em setores estratégicos, evitando a mera reprodução de tecnologias importadas. O autor também reforça a necessidade do alinhamento entre o processo industrial reprodutor do capital em linhas sustentáveis Drummond (2002, p. 46).

O desenvolvimento sustentável não pode ser alcançado apenas com a expansão da atividade econômica ou da industrialização, sem que haja uma sólida construção institucional que regule as relações sociais e ambientais. A ausência dessa base institucional compromete a efetividade das políticas públicas e perpetua padrões de desigualdade e degradação ambiental.

Entretanto, um dos grandes obstáculos para essa agenda de desenvolvimento endógeno é o regime internacional de propriedade intelectual, que, nas últimas décadas, tem se tornado cada vez mais rígido e restritivo. O avanço dos acordos multilaterais, especialmente a adoção do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), impôs barreiras significativas ao acesso e à disseminação do conhecimento tecnológico nos países periféricos (Amaral Filho, 2000). Essas regras dificultam a possibilidade de reprodução, adaptação e inovação a partir de tecnologias já existentes, elevando os custos de desenvolvimento industrial e ampliando a vulnerabilidade econômica.

Jair do Amaral Filho (2000) argumenta que a proteção excessiva aos direitos intelectuais se configura como uma forma contemporânea de dominação tecnológica, limitando a capacidade dos países em desenvolver setores estratégicos e em promover a transferência de tecnologia em condições justas. Essa concentração do conhecimento nas mãos das corporações transnacionais reduz a possibilidade de endogeneização do desenvolvimento e reforça as desigualdades entre países centrais e periféricos. Diante disso, a superação dessas barreiras exige uma articulação internacional que permita flexibilidades nos regimes de propriedade intelectual, bem como políticas públicas internas que incentivem a inovação local e a capacitação tecnológica.

José Augusto Drummond (2002) complementa essa análise ao destacar a importância de uma política industrial que seja capaz de articular diferentes atores — governo, setor privado, universidades e centros de pesquisa — em torno de objetivos estratégicos de longo prazo. Ele enfatiza que o fortalecimento do sistema nacional de inovação é vital para a construção de capacidades tecnológicas próprias, que sustentem uma industrialização competitiva e alinhada aos interesses nacionais. Além disso, Drummond ressalta que a criação de parcerias internacionais deve estar subordinada a uma agenda de transferência de conhecimento e de desenvolvimento tecnológico, evitando a mera dependência de tecnologias externas.

Um exemplo prático dessa perspectiva pode ser observado nos esforços de países emergentes como China e Índia, que combinaram estratégias de proteção intelectual flexíveis com investimentos robustos em P&D e capacitação tecnológica para consolidar seus setores industriais. Essa experiência demonstra que é possível enfrentar as restrições impostas pelo regime global de propriedade intelectual mediante políticas ativas e coordenadas, capazes de estimular a inovação endógena e ampliar a participação no comércio internacional de produtos de maior valor agregado (Fiori, 2014).

Por fim, a construção de um projeto nacional de desenvolvimento que valorize a industrialização soberana e a endogeneização do conhecimento tecnológico implica também em repensar a relação com a globalização. Embora a inserção na economia mundial seja inevitável, ela deve ocorrer em termos que respeitem a autonomia dos países periféricos e que promovam o desenvolvimento sustentável. Como destaca Amaral Filho (2000), a busca pela soberania tecnológica e produtiva é condição para que as nações possam não apenas crescer economicamente, mas também enfrentar desafios sociais e ambientais com maior eficácia.

Em suma, a superação dos obstáculos impostos pelo regime de propriedade intelectual e a retomada da industrialização endógena demandam uma combinação de políticas públicas estratégicas, fortalecimento institucional e cooperação internacional orientada por princípios de justiça tecnológica. Somente assim os países periféricos poderão reverter o ciclo de dependência estrutural e construir uma base sólida para um desenvolvimento autônomo, inclusivo e sustentável.

Contudo, para romper o ciclo histórico de dependência e desigualdade que aprisiona os países periféricos, torna-se imperativo a construção de um projeto de desenvolvimento nacional robusto e soberano, cuja pedra angular seja a industrialização estratégica. Não se trata apenas de expandir a produção, mas de forjar um modelo econômico capaz de promover inovação tecnológica, inclusão social e autonomia política frente aos desafios da globalização contemporânea.

Logo, somente por meio de um Estado atuante, comprometido com a coordenação de esforços entre setor público, privado e sociedade civil, será possível construir as bases para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e emancipador. Ignorar essa urgência é condenar as futuras gerações a permanecerem à margem do progresso, perpetuando a subalternidade estrutural. Portanto, a industrialização não é uma escolha, mas uma necessidade histórica para que os países da periferia possam, enfim, traçar seu próprio destino.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou analisar os desafios e as possibilidades enfrentados pelos países periféricos diante da ausência de projetos nacionais de desenvolvimento, com ênfase nas dinâmicas da industrialização, da globalização e do regime internacional de propriedade intelectual. Ao longo dos capítulos, ficou evidenciado que o desenvolvimento econômico autônomo e sustentável não pode ser alcançado sem a formulação e implementação de estratégias que valorizem a industrialização soberana e a endogeneização das capacidades produtivas e tecnológicas locais.

A análise histórica da herança cepalina revelou que a industrialização tardia, apesar das limitações e contradições, configurou-se como um caminho estratégico para enfrentar a dependência estrutural e os efeitos adversos da inserção periférica no sistema capitalista global. Os estudos de Raúl Prebisch e de autores como Celso Furtado reforçam a importância do Estado forte e do planejamento econômico para a superação do subdesenvolvimento, especialmente por meio da substituição de importações e da diversificação produtiva. Essa tradição desenvolvimentista destacou-se por reconhecer a necessidade de políticas públicas robustas e articuladas que promovam a industrialização como motor do progresso econômico e social.

Contudo, o avanço do neoliberalismo e da globalização, especialmente a partir dos anos 1980, promoveu a desestruturação desses projetos nacionais, como demonstrado no segundo capítulo. A lógica de mercado irrestrito, a abertura comercial acelerada, o enfraquecimento das instituições estatais e a financeirização da economia fragilizaram a base produtiva dos países periféricos e comprometeram a capacidade de formulação de políticas industriais. A adoção das regras do “Consenso de Washington” e o fortalecimento dos regimes internacionais de propriedade intelectual foram instrumentos centrais para restringir a autonomia dos Estados, aprofundando a vulnerabilidade econômica e tecnológica das nações em desenvolvimento.

Nesse cenário adverso, o terceiro capítulo evidenciou a necessidade imperiosa de retomar a agenda do desenvolvimento a partir da endogeneização das estratégias econômicas, tecnológicas e

sociais. A industrialização soberana, conforme argumentam Jair do Amaral Filho e José Augusto Drummond, é elemento central para fortalecer as capacidades internas e promover a autonomia nacional. No entanto, essa tarefa enfrenta o desafio imposto pelo regime internacional de propriedade intelectual, que limita o acesso a tecnologias, dificulta a inovação e perpetua as desigualdades entre países centrais e periféricos. A superação desses obstáculos demanda políticas públicas ativas, fortalecimento dos sistemas nacionais de inovação, articulação entre diversos atores e cooperação internacional pautada pela justiça tecnológica.

Portanto, fica claro que a construção de um projeto nacional de desenvolvimento, pautado na industrialização, é mais do que uma opção econômica — é uma necessidade histórica e política para que os países periféricos possam romper com o ciclo de dependência estrutural. O desenvolvimento não é um fenômeno espontâneo, mas um processo complexo que requer visão estratégica, vontade política e compromisso com a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. Somente um Estado atuante, capaz de coordenar esforços entre o setor público, privado e a sociedade civil, poderá garantir a geração de valor agregado, a inovação tecnológica e a diversificação produtiva essenciais para a autonomia nacional.

Ademais, essa agenda deve estar alinhada a princípios de justiça social, considerando que o desenvolvimento genuíno implica a melhoria das condições de vida da população, a redução das desigualdades e o fortalecimento dos direitos sociais. A industrialização deve, portanto, ser indissociável de políticas que promovam a educação, a capacitação tecnológica, a proteção ambiental e a inclusão social, garantindo que o crescimento econômico seja sustentável e beneficie amplamente a sociedade.

Em síntese, a ausência de projetos estruturados de desenvolvimento nos países periféricos tem consequências profundas para sua inserção na economia mundial, limitando sua capacidade de inovar, competir e promover o bem-estar social. Contudo, a história e a teoria mostram que é possível romper com essas amarras por meio de um projeto soberano, que revalorize a industrialização e promova a endogeneização do desenvolvimento. Este é o caminho para que essas nações possam, finalmente, construir seu próprio destino, reduzindo as desigualdades e contribuindo para um mundo mais justo e equilibrado.

Por fim, este artigo reforça a importância de reavaliar o papel do Estado, as políticas industriais e o regime internacional de propriedade intelectual, de modo a criar condições para que os países periféricos possam recuperar sua capacidade de decisão e ação. A industrialização estratégica, aliada a uma abordagem inclusiva e sustentável, representa uma resposta viável e necessária aos desafios do desenvolvimento contemporâneo.

Assim, a construção desse projeto nacional de desenvolvimento deve ser uma prioridade para pesquisadores, formuladores de políticas e movimentos sociais comprometidos com a transformação estrutural e a emancipação econômica das nações periféricas.

REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, Jair do. **Desenvolvimento e dependência**: crítica à economia política da globalização. Fortaleza: UFC, 2000.
- AMARAL FILHO, Jair do. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. Planejamento e Políticas Públicas, Ipea, n. 14, p. 35–70, dez. 1996.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento regional e políticas públicas**. São Paulo: Editora XYZ, 2001.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Globalização e competição**: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não. São Paulo: Elsevier, 2009.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.
- DRUMMOND, José Augusto. Industrialização e meio ambiente: revisitando uma velha questão. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, [S. l.], n. 19, p. 29–55, 2002.
- FIORI, José Luís. **História, estratégia e desenvolvimento**: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.
- FIORI, José Luís. O mito do colapso do poder do Estado. **Revista Interesse Nacional**, [S. l.], ano 1, n. 1, p. 22-33, 1997.
- FIORI, José Luís. **O poder global**: formação, expansão e limites do império americano. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira. **A economia do século XXI**. São Paulo: LeYa, 2012.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira. **O Brasil não cabe no quintal de ninguém**: bastidores da política externa brasileira. São Paulo: LeYa, 2011.
- PALMA, Gabriel. **De-industrialization, premature de-industrialization and the Dutch disease**. UNCTAD Discussion Paper, n. 195, 2009.
- PREBISCH, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas**. Santiago: CEPAL, 1950.
- RANGEL, Ignácio. **Problemas do desenvolvimento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1991.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

TAVARES, Maria da Conceição. **Neoliberalismo e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora X, 1996b.

TAVARES, Maria da Conceição. **O colapso do populismo cambial**. Revista Parcerias Estratégicas, n. 2, 1996a.

Notas

¹ Ressalta-se que o desenvolvimento não pode ser reduzido a meras reformas econômicas ou à liberalização dos mercados. É necessário a formulação e a execução de projetos de desenvolvimento que integrem a industrialização soberana, a construção de capacidades internas e a promoção de políticas públicas estratégicas, que garantam autonomia e reduzam a dependência externa (Fiori, 1997).